

Líderes vão marcar nova data

9 OUT 1985

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do PMDB e do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, deverá acertar nesta semana com o presidente do Congresso, senador José Fragelli, e com as demais lideranças partidárias novo esforço concentrado para completar o primeiro turno de votação da emenda da Constituinte e passar ao segundo turno e, ainda, promover a votação definitiva da emenda da reforma tributária.

A nova mobilização de deputados e senadores deverá ocorrer a partir de 20 de novembro, logo após o pleito municipal, prolongando-se, se necessário, até a véspera do recesso constitucional do Congresso, dia 5 de dezembro. Nesse mesmo período deverá ser votado, entre outras matérias, o projeto de lei do governo, de iniciativa do ministro Afonso Camargo, instituindo o vale-transporte.

O líder Pimenta da Veiga não acredita em novo impasse na complementação da votação do substitutivo Giavarina à emenda de convocação da Constituinte. O ponto mais polêmico seria a emenda Uequed, que pretendia ampliar a anistia, e foi rejeitada pelo plenário do Congresso por não atingir o quórum de dois terços — pelo menos 320 votos favorá-

veis de deputados, deixando, por isso mesmo, de ser submetida aos votos dos senadores.

Segundo Pimenta da Veiga, com os esclarecimentos por ele fornecidos a maioria dos parlamentares deve ter-se convencido de que a anistia preconizada no substitutivo Giavarina "é mais justa e de maior alcance do que a prevista na subemenda rejeitada". Os termos da anistia do substitutivo Giavarina foram frutos de negociações entre Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga com os ministros militares, com o ministro da Administração e com o próprio presidente Sarney.

Por ela serão reparados os servidores civis e militares afastados por motivos políticos, exclusivamente. O governo não admitiu estender a anistia a servidores punidos por atos administrativos, que iria beneficiar, segundo o líder Pimenta da Veiga, "civis e militares punidos por tráfico, por peculato, por corrupção e até anormais".

O líder garante que a subemenda Uequed, pela sua redação, acabaria beneficiando também implicados no Riocentro e em grandes escândalos financeiros, porque não tinha limite de tempo. O substitutivo Giavarina, ao contrário, dá anistia aos que foram punidos por atos de natureza

política até 1979 — quando da concessão da anistia pelo presidente Figueiredo.

"Nem no substitutivo Giavarina, nem na subemenda Uequed há previsão de anistia ampla, geral e irrestrita. Essa conquista vamos consolidar na Assembleia Constituinte" — disse Pimenta da Veiga.

Descontentes

Pimenta da Veiga disse ontem que não recebeu nenhuma comunicação oficial dos deputados Arthur Virgílio Neto e Mário Frota, desligando-se das atribuições de vice-líderes do partido. Os dois parlamentares, ambos do Amazonas, inconformados com o comportamento do partido no episódio da votação da anistia aos militares, haviam declarado que não mais participariam do colégio de vice-líderes.

Esforço confirmado

O deputado João Gilberto (PMDB-RS) disse ontem não acreditar que a votação da Constituinte, em segundo turno, seja adiada para o ano que vem, apesar da ameaça da bancada do PDT em obstruir a votação para apresentar, em 1986, uma outra emenda, antecipando para o próximo ano a eleição do sucessor do presidente Sarney.

Expressão confunde congressistas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Trata-se apenas de uma expressão: "sem prejuízos de suas atribuições constitucionais". Mas sua presença ou ausência no artigo 1º do substitutivo Giavarina à emenda Sarney de convocação da Constituinte gerou tal confusão entre os parlamentares que ainda hoje não se sabe se a Câmara e o Senado se reunirão unicameralmente em Assembleia Constituinte, "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", ou se reunirão unicameralmente em Assembleia Constituinte — o ponto final. Por iniciativa do vice-líder do PDS, deputado Bonifácio de

Andrada (MG), foi aprovado o pedido para suprimir aquela expressão do substitutivo. Entretanto, um pedido de reinclusão no texto da emenda Giavarina daquele trecho suprimido ficou pendente de votação. A dúvida, não solucionada na votação dos pedidos de destaque, na madrugada de quinta para sexta-feira, poderá ser resolvida em nova votação, a partir de 20 de novembro.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) levantou uma questão de ordem, para saber se, para a reinclusão daquele trecho, seria exigido o quórum qualificado de dois terços — 320 deputados e 46 senadores — ou da maioria absolu-

ta de cada Casa — metade mais um. O líder Pimenta da Veiga acha necessário o quórum de dois terços, sob a alegação de que mesmo uma única palavra poderia alterar o dispositivo constitucional — para o que é exigido aquele quórum qualificado.

Se mantida a supressão da expressão "Sem prejuízos de suas atribuições constitucionais", referindo-se à transformação do futuro Congresso em Assembleia Constituinte, caberia aos parlamentares constituintes, soberanamente, decidir sobre o trabalho legislativo ordinário, para evitar que o presidente da República passe a legislar por decreto-lei.